



Ana Paula de Almeida durante audiência pública

Rio de Janeiro, 09 de junho de 2023 - A diretora de Sustentabilidade, Consumo e Relações Institucionais da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), Ana Paula de Almeida Santos, participou, em 7 de junho, da audiência pública sobre Taxonomia Verde, realizada pela Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados. A audiência faz parte da "Virada Parlamentar Sustentável", um movimento que reúne mais de 30 organizações da sociedade civil com o objetivo de realizar uma inflexão na política socioambiental brasileira rumo a uma nova visão de futuro que coloque efetivamente o País na liderança mundial dos temas da sustentabilidade.

A Taxonomia Verde é uma classificação das atividades econômicas que permite orientar investimentos financeiros sustentáveis por meio da identificação das atividades que contribuem com impactos positivos para o meio ambiente e daquelas que oferecem riscos. Trata-se de uma discussão que vem ocorrendo em diversos países, a exemplo da União Europeia e, na América Latina, Chile e Colômbia.

Em sua participação, Ana Paula lembrou que, como gestoras e tomadoras de risco, as seguradoras desempenham um papel fundamental para o desenvolvimento sustentável do país, podendo ser grandes aliadas na construção dessa taxonomia. O setor segurador, disse ela, gera muitos recursos e possui enormes reservas financeiras, tendo, conseqüentemente, grande capacidade de investimento em produtos e seguros verdes, com reais impactos sociais para a nossa sociedade.

“É importante que o setor segurador participe da construção da taxonomia brasileira”, declarou.

De acordo com a diretora da CNseg, ao incorporar critérios de uma taxonomia verde e sustentável para nortear as decisões de negócio, de investimento e de precificação dos produtos de seguro, o setor tem grande capacidade de incentivar práticas mais sustentáveis por parte das empresas de seguro e do país.

Ela informou que recentemente a CNseg lançou o seu [Plano de Desenvolvimento do Mercado de Seguros, o PDMS](#), com o entendimento de que não é possível haver um crescimento sustentável sem uma maior participação da população na aquisição de seguros, que protegem o patrimônio, a renda, as pessoas e a saúde. “O setor de seguros é um agente de mudanças e, como tal, deve incentivar o mercado e influenciar nas decisões de negócios em prol de uma economia mais sustentável. Temos feito vários movimentos em prol da sustentabilidade abraçando os critérios ASG”, concluiu.

Além da diretora da CNseg, participaram da audiência representantes de diversas outras organizações, como a Febraban, a CVM, o Ministério da Fazenda e a Susep, esta última, representada pelo seu coordenador de Regulação Prudencial, César da Rocha Neves, que lembrou que, em 2022, a Superintendência de Seguros Privados publicou a [Circular Susep 666](#), que dispõe sobre requisitos de sustentabilidade a serem observados pelas sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar (EAPCs), sociedades de capitalização e resseguradores locais. “A Susep apoia o desenvolvimento de uma taxonomia própria para o Brasil com base em suas características regionais, entendendo que o setor de seguros deve colaborar na transição para uma economia de baixo carbono integrando os riscos de sustentabilidade na operação da seguradora”, declarou.

A audiência pública foi presidida pelo deputado Zé Silva (Solidariedade - MG), autor do [Projeto de Lei nº 2.838/2022](#), que estabelece normas e diretrizes para o desenvolvimento e aplicação da taxonomia ambiental e social de atividades econômicas, projetos de infraestrutura e tecnologias para fins de destinação de incentivos econômicos, fiscais e creditícios e outras providências.

Até 29 de junho, a [Virada Parlamentar Sustentável](#) vai ocupar a Câmara dos Deputados e o Senado com atos, debates, seminários, exposições, audiências públicas e mesas redondas e, após esse período, vai acompanhar e monitorar os resultados alcançados.

Fonte: Hill + Knowlton Brasil, em 09.06.2023